


1833	<p>Pedristas instalam-se em Lisboa e surge uma nova nomenclatura (Lavradio) – Batalha do Cabo de S. Vicente (3 a 5 de Julho), onde o poder marítimo dos pedristas, comandados por Napier, desequilibrou o domínio terrestre dos miguelistas, tudo se altera. Terceira ocupa Lisboa (24 de Julho), onde se instala D. Pedro (28 de Julho) e chega D. Maria II (23 de Setembro). Derrota do exército miguelista no ataque às linhas de defesa de Lisboa (5 de Setembro). O conde da Taipa publica uma carta a D. Pedro onde pede amnistia, levantamento dos sequestros e liberdade de imprensa (15 de Outubro). Há um protesto formal dos pares, subscrito por Terceira, Palmela, Fronteira, Loulé, Lumiares, Ficalho, Paraty, Santa Iria e Ponte de Lima (7 de Dezembro)</p>				
1834	<p>Quádrupla Aliança, devorismo, morte de D. Pedro e aliança entre chamorros e conservadores</p> <table border="1" data-bbox="308 898 1038 1070"> <tr> <td data-bbox="308 898 676 1070"> Reposta em vigor a Carta Constitucional de 1826. 4 13 e 27 de Julho. Vitória dos apoiantes da aliança dos chamorros com os palmelistas (43 deputados). Há 32 deputados da oposição e 44 indecisos </td> <td data-bbox="679 898 1038 1070"> 6 Palmela (246 dias) </td> </tr> </table>		Reposta em vigor a Carta Constitucional de 1826. 4 13 e 27 de Julho. Vitória dos apoiantes da aliança dos chamorros com os palmelistas (43 deputados). Há 32 deputados da oposição e 44 indecisos	6 Palmela (246 dias)	
Reposta em vigor a Carta Constitucional de 1826. 4 13 e 27 de Julho. Vitória dos apoiantes da aliança dos chamorros com os palmelistas (43 deputados). Há 32 deputados da oposição e 44 indecisos	6 Palmela (246 dias)				
1835	<p>Devoristas, fusão, godos e vândalos</p> <table border="1" data-bbox="308 1099 1038 1489"> <tr> <td data-bbox="308 1099 541 1489"> Morte de D. Augusto. Tumultos em Lisboa contra Palmela (28 de Abril). </td> <td data-bbox="544 1099 951 1489"> 7 Saldanha (176 dias). Começa como ministério dos impossíveis, com F. A. Campos na fazenda. Passa a <i>ministério dos godos</i> em 15.07, com a entrada de Rodrigo da Fonseca e o regresso de J. Silva Carvalho Vários pares enviam um protesto ao governo contra a venda da Companhia das Lezírias (10 de Novembro) Terceira e Saldanha decidem passar à inactividade os oficiais que se candidataram às eleições (13 de Novembro). Uma delegação dos manifestantes dirige-se à rainha e disse que a tropa estava em armas (dia 14). </td> <td data-bbox="954 1099 1038 1489"></td> </tr> </table>		Morte de D. Augusto. Tumultos em Lisboa contra Palmela (28 de Abril).	7 Saldanha (176 dias). Começa como ministério dos impossíveis, com F. A. Campos na fazenda. Passa a <i>ministério dos godos</i> em 15.07, com a entrada de Rodrigo da Fonseca e o regresso de J. Silva Carvalho Vários pares enviam um protesto ao governo contra a venda da Companhia das Lezírias (10 de Novembro) Terceira e Saldanha decidem passar à inactividade os oficiais que se candidataram às eleições (13 de Novembro). Uma delegação dos manifestantes dirige-se à rainha e disse que a tropa estava em armas (dia 14).	
Morte de D. Augusto. Tumultos em Lisboa contra Palmela (28 de Abril).	7 Saldanha (176 dias). Começa como ministério dos impossíveis, com F. A. Campos na fazenda. Passa a <i>ministério dos godos</i> em 15.07, com a entrada de Rodrigo da Fonseca e o regresso de J. Silva Carvalho Vários pares enviam um protesto ao governo contra a venda da Companhia das Lezírias (10 de Novembro) Terceira e Saldanha decidem passar à inactividade os oficiais que se candidataram às eleições (13 de Novembro). Uma delegação dos manifestantes dirige-se à rainha e disse que a tropa estava em armas (dia 14).				
1836	<p>Da resistência chamorra à Revolução de Setembro</p>				

	<p>⊙g8 Loureiro (155 dias) Ministério dos vândalos. Dominado pela antiga oposição, com Campos na fazenda. Destaque para a actuação do ministro L. M. Albuquerque.</p>	<p>⊙g9 Terceira (144 dias). Regresso da aliança de chamorros e palmelistas. Um grande incêndio devastava o Palácio do Tesouro, no Rossio, que havia sido a sede do governo da regência e, antes o Palácio da Inquisição (14 de Julho). ☞e5 (17 e 31 de Julho). Há 34 deputados da oposição e 79 apoiantes do situacionismo.</p>	<p>Revolução do Cais das Colunas ⊙g10Lumières (55 dias) ☞e6 20 Nov. 36</p>
--	--	--	--

1833

D. Pedro, I do Brasil, IV de Portugal



Pedristas instalam-se em Lisboa e surge uma nova nomenclatura (Lavradio)

A revolução constitucional não foi feita em favor da burguesia portuguesa, mas em favor da burguesia europeia. Foi, portanto, um fenómeno extra-nacional
(Fernando Pessoa)

Ele não podia reformar sem destruir, destruir sem vencer, e vencer sem muitos prodígios. A ditadura não foi conferida ao Príncipe por um plebiscito, foi conferida e aprovada pelo consentimento dos poucos leais. Era indispensável porque não bastava vencer o tirano: os tiranos morrem e vêm outros; era mister ferir no coração a própria tirania. Para isto era mister a pena e a espada do Imperador-guerreiro
(José da Silva Carvalho)

● **A ditadura pedrista** – No ano em que é abolida a escravatura nas colónias britânicas, começa a chamada *ditadura de guerreiro e reformador* (José da Silva Carvalho). É *uma tirania à antiga, semelhante à que fora de D. Miguel, com a diferença que antes tinha uma cor demagógica e agora uma cor militar-agiota* (Oliveira Martins, sobre a regência de D. Pedro). Na mesma altura, começa a guerra civil carlista em Espanha. No âmbito de uma comissão encarregada de propor uma reforma da instrução pública, Alexandre Tomás de Moraes Sarmiento sugere a junção das escolas de leis e cânones numa única *Faculdade de Ciências Morais*. Morre Manuel Borges Carneiro e surge uma tradução portuguesa de John Locke, da autoria de João Oliveira Carvalho, *Ensaio sobre a verdadeira origem, extensão e fim do governo civil*. Também se destaca a publicação das *Memórias de Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato*, em Coimbra.

● **Código Comercial** – Aprovado o Código Comercial de Ferreira Borges, por decreto de 18 de Setembro, enquanto em Outubro se manifesta uma grande epidemia de cólera, que causa cerca de 40 000 mortes. Aparece pela primeira vez a palavra *socialismo*, visando a identificação de uma ideologia, conforme a invenção de Pierre Leroux. Será consagrada por Robert Owen em 1841. Entretanto, em Paris, M. L. A. Macarel (1790-1851) edita *Éléments de Droit Politique*, onde sintetiza as ideias dominantes do orleanismo, misturando as teses de Montesquieu com as de Benjamin Constant, obra que se há-se tornar livro obrigatório na nossa Faculdade de Direito, sendo aqui editada pela Imprensa da Universidade de Coimbra em 1843.

● **Remodelações miguelistas** – Em 15 de Agosto: o vendeiano General Bourmont, célebre pela conquista de Argel, depois de convite endereçado por António Ribeiro Saraiva e pelo visconde de Santarém, é nomeado interinamente para a pasta da guerra, substituindo o conde de Barbacena.

● Em 22 de Setembro: António José Guião sucede ao conde de Basto nas pastas do reino e da marinha.

● **A caminho de Lisboa** – Batalha do Cabo de S. Vicente (3 a 5 de Julho), onde o poder marítimo dos pedristas, comandados por Napier, desequilibra o domínio terrestre dos miguelistas. Alguns deste falam até em *simulacro de combate, com a frota a render-se*. Terceira ocupa Lisboa sem disparar um único tiro (24 de Julho), onde se instala D. Pedro (28 de Julho) e chega D. Maria II (23 de Setembro). Alguns miguelistas consideram ser *manifesta a traição e cobardia*, quando assinalam a atitude do conselho dos generais que precedeu a decisão da evacuação de uma capital que tinha a defendê-la 15 000 soldados. Exército miguelista, depois de concentrado em Coimbra, parte para o Sul (14 de Agosto). Sofre derrota no ataque às linhas de defesa de Lisboa (5 de Setembro). O exército dos *Miguéis*, sem adequado comando estratégico, apesar de se sentir como *peixe na água* junto do Portugal provinciano, dos pequenos proprietários rurais enquadrados pelo clero e pela aristocracia local, não consegue movimentar-se flexivelmente. Aliás, D. Miguel atrasa a descida para Lisboa, quando, ao passar revista às tropas, verifica que grande parte dos soldados está descalço e decide esperar para que se colmate essa lacuna.

● **Começam as desavenças entre pedristas** – Confrontos entre a Maçonaria do Sul, a Maçonaria do Norte e o Grande Oriente Lusitano. O conde da Taipa publica uma

carta a D. Pedro onde pede amnistia, levantamento dos sequestros e liberdade de imprensa. (15 de Outubro). O impressor é preso, sendo também dada ordem de prisão ao conde, então par do reino. Resposta negativa do ministro da justiça, Silva



Carvalho, no dia 9 de Dezembro. Há um protesto formal dos pares, subscrito por Terceira, Palmela, Fronteira², Loulé, Lumiares, Ficalho, Parati, Santa Iria e Ponte de Lima (7 de Dezembro).

● **A administração territorial** – Cândido José Xavier põe em vigor o decreto nº 23 de Mouzinho, constituindo 8 províncias, 40 comarcas e 796 concelho. Seguem-se inúmeros protestos locais contra a quebra da tradicional autonomia.

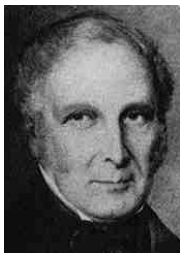
● **O controlo da Igreja** – São declarados rebeldes e traidores os eclesiásticos que abandonaram as suas paróquias quando se aclamou D. Maria II em 1826 e os que, depois, seguiram D. Miguel, perdendo direito às igrejas, benefícios e outros lugares (decreto de 5 de Agosto). Sujeitas as ordens religiosas aos bispos (decreto de 9 de Agosto). Padre Marcos Pinto Soares Vaz Preto é nomeado presidente da Comissão de Reforma Geral Eclesiástica (10 de Outubro) criada por decreto de 31 de Julho. Acompanham-no os padres Manuel Pires de Azevedo Loureiro, José Ferrão de Mendonça e Sousa, bem como António Teixeira Salgueiro. A comissão é dissolvida em 23 de Agosto, integrando-se na recriada *Junta do exame do estado actual e melhoramento temporal das ordens regulares*, que havia sido instituída com os mesmos propósitos regalistas por D. Maria I em 1791, e extinta

por D. Miguel I. Durará até 10 de Outubro de 1834.



●**Domínio do aparelho judicial** – Extinção da Casa da Suplicação e criação de um Tribunal da Relação em Lisboa, que se instala no dia seguinte (1 de Agosto). Extinto o Desembargo do Paço em 3 de Agosto. Silva Carvalho²⁷ é nomeado presidente do Supremo, funções que deveria exercer depois de sair do ministério (15 de Setembro).

●**Decreto das indemnizações** – A chamada lei da vindicta de Agostinho José Freire, de 31 de Agosto, segundo a qual os autores da usurpação e os seus agentes ficam responsáveis, todos e cada um, *in solidum*, a pagar por suas pessoas e bens, as perdas e danos causados pela usurpação e subseqüentes discórdias civis. Um conjunto de cláusulas gerais vergonhosas, onde os gloriosos defensores do direito de propriedade demonstram que apenas são defensores do aumento das respectivas propriedades. Assim, os bens dos miguelistas acabam sequestrados e vendidos em praça, acontecendo uma efectiva expropriação de um partido por outro e nascendo, desta



forma, o devorismo. Segundo José Estêvão, o diploma *será sempre olhado como medida de imoralidade e dos mais funestos efeitos para o país pela tortuosa aplicação que os mesmos interessados lhes deram.* Pelo menos, impediu que, nas posteriores revoluções, se repetisse o crime.

●**Empréstimo** de dois milhões de libras, contratado Juan Álvarez Mendizábal (1790-1853) (14 de Setembro).

●**Remodelações** – Em 12 de Janeiro: Cândido José Xavier Dias da Silva no reino; Loulé nos estrangeiros.

●Em 26 de Março: Luís Mouzinho de Albuquerque no reino; Palmela nos estrangeiros; Silva Carvalho na marinha.

●Em 21 de Abril: Silva Carvalho passa a acumular a fazenda e a justiça; Loulé nos estrangeiros e na marinha; Cândido José Xavier volta ao reino.

●Em 26 de Julho: Cândido José Xavier nos estrangeiros; Agostinho José Freire na marinha. A Inglaterra reconhece o governo da regência e nomeia William Russell ministro em Lisboa.

●Em 15 de Outubro: Joaquim António de Aguiar no reino; Agostinho José Freire nos estrangeiros; Francisco Simões Margiochi, ex-presidente das Cortes vintistas, na marinha.

●**O povo inimigo** – *Os povos destas vizinhanças [Porto] estão no mais violento de todos os estados, e não admirarei nada se a maior parte deles desertarem para D. Miguel. Os de cá vão e tratam-nos como verdadeiros inimigos; fazem toda a casta de violências e rapinas, que depois se apoiam pelo general e juizes; os de lá vêm e fazem-lhes outro tanto* (Carta de António Dias de Oliveira a Agostinho José Freire em 5 de Dezembro de 1833).

☞ Colen (X): 54, 55, 84, 95; Fronteira (VI): 145, 146, 149, 161; Lavradio (II): 10, 11, 13, 15, 33, 37, 38, 80, 82, 83, 85; Lourenço, Joaquim Maria: 33, 59; Manique, António Pedro (1989): 103 ss.; Marques, Oliveira (II): 54, 55; Martins, Joaquim Pedro d' Oliveira (1881, I): 215, 323 (1881, II): 139, 140; Pereira, Miriam Halpern: 136; Passos, Carlos de (1936): 334 ss.; Pinheiro, Magda: 166; Silva, António Martins da: 141, 259, 299, 306, 318, 319, 462, 478; Valente, Vasco Pulido (1997): 35; Vianna (*Silva Carvalho*, II): 65, 318.